

Delfim dirá que juro não cai

As taxas de juros no mercado interno vão continuar altas, devendo cair apenas quando a inflação baixar: esta deverá ser a resposta do ministro do Planejamento, Delfim Netto, aos deputados e senadores do PDS, que na próxima quarta-feira, ouvirão a argumentação do Governo em favor da aprovação do Decreto-lei 2.045, que reduziu os reajustes salariais para 80% do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Os parlamentares exigem, em troca da aprovação da matéria, novas medidas para forçar a queda dos juros internos.

A explicação foi dada ontem por economistas do Governo, para quem não é possível abrir mão da atual política monetária de austeridade — que mantém a escassez de dinheiro e crédito no mercado, para conter a inflação — sem comprometer o restante do programa econômico de emergência que as autoridades econômicas montaram e estão executando. “Ao invés de exigir o tabelamento dos juros, o PDS devia exigir a queda da inflação” — afirmam também empresários do setor financeiro, como o ex-diretor do Banco Central, Carlos Brandão.

APERTO

O mesmo raciocínio é encontrado no Departamento Econômico (Depec) do BC, onde se acompanha a execução da política monetária: o aperto na base monetária (emissão de moeda) e nos meios de pagamento (dinheiro em circulação mais depósitos à vista nos bancos) terá que continuar ao longo deste ano e do próximo, “para que não sejam sancionados os aumentos já registrados na inflação”. Se a taxa de inflação chegar aos 160% este ano — como se admite no acordo com o FMI — o Banco Central manterá a expansão monetária em apenas 90%, o que resultará numa contração real próxima a

40%.

Em outros termos, ao longo deste ano terá ocorrido uma redução próxima a 40% no total de crédito concedido e dinheiro em circulação. Este aperto representa mais um ano de recessão para as empresas, que não terão como expandir suas atividades nem criar novos empregos, pela falta de crédito ou pelos elevados custos financeiros que incorrerão para rolar suas dívidas: na realidade, quando os empresários exigem o fim da “política econômica recessiva”, estão querendo crédito menos escassos e mais barato.

Mas o plano das autoridades econômicas segue noutro sentido: elas combinaram com o FMI, com os banqueiros credores e com a comunidade financeira mundial, um “programa de reajuste econômico” que passa pela política monetária apertada, como forma de garantir a queda da inflação. Já em agosto as autoridades esperam taxas inferiores às dos últimos meses, de forma que em dezembro a inflação mensal já esteja em apenas 5% ou 6%. Com isso, argumentam, o custo do dinheiro cairá automaticamente.

RENEGOCIAÇÃO

Na reunião com o PDS, Delfim Netto deverá garantir o sucesso deste plano, conjugado com a renegociação apenas parcial da dívida externa de 1983 e 1984. Explicará que o tabelamento de juros não funciona, por contrariar as leis de mercado, e não há nada que se possa fazer com relação sua à ação do Banco Central no **open market**, pois o governo precisa captar recursos através da colocação de títulos da dívida pública. Caso contrário, teria que emitir mais (e assim criaria mais inflação) ou então teria que elevar ainda mais os impos-

mentos. Para colocar estes títulos, o governo pressiona as taxas de juros, que são acompanhadas pelo mercado.”

Mas a ideia dos deputados do PDS que preparam a arguição ao Ministro do Planejamento é bem diferente: economistas como o ex-ministro Pratinê de Moraes, por exemplo, sabem que o governo precisa continuar emitindo títulos não tanto para obter recursos não-inflacionários, mas sim para conseguir rolar os Cr\$ 15 trilhões da dívida pública. Acontece que 85% deste total é composto por ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional) como cláusula cambial, cujos rendimentos acompanham a valorização do dólar no país. A maior parte destes títulos com correção cambial está em poder dos bancos, que os adquirem para se resguardar de surpresas como uma nova maxidesvalorização do cruzeiro.

Os parlamentares argumentarão com Delfim Netto, que o governo tem que distribuir por igual os sacrifícios do reajuste econômico: se cortaram os salários através do Decreto-lei 2.045, não há porque não tirar também alguma coisa dos bancos, que são o único segmento da economia apresentando bons lucros. Logo, de acordo com os membros do PDS, a solução é o governo acabar com as ORTN, com cláusula cambial, deixando de bancar o risco dos bancos, e transformar os títulos em papéis normais, com correção monetária.

O prejuízo ficaria com os bancos, enquanto a sociedade ganharia porque o governo não mais teria que pressionar as taxas de open só para obter o dinheiro necessário à rolagem da dívida pública: assim, cairiam normalmente as taxas de juros no mercado interno, contribuindo para a recuperação da economia e para a contenção da inflação.